



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Av. Guilherme Schell, 6068 csq. Ernesto Wittrok.
CEP: 92.310.000 – CANOAS - Fone (51) 34767784/34763590.

Ata 19/17

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, em sua sede a Rua Guilherme Schell, 6068, na Casa dos Conselhos Carlos Rosa, Centro de Canoas, às 18h45min, em segunda chamada se dá o início da reunião do CMS de Canoas. A pauta desta data contará com os seguintes assuntos: Informações da Mesa, Relatório de Representação do CMS no CONEP, Projeto de Habilitação de Serviços Especializados – LGTB, Apresentação e Análise do Relatório de Indicadores de Saúde Referentes ao 2º Quadrimestre de 2017, Palestra do IMAMA, Apresentação de relatório de Atendimentos da SMS e Assuntos Gerais. O presidente Mário faz a abertura da assembleia cumprimentando aos presentes e solicita parecer da plenária ao pedido formulado pelo enfermeiro Eloir, a fim de alteração na ordem da pauta, tendo em vista compromissos assumidos. Aprovada a mudança. O Presidente, após pede ao secretário que leia a ata do dia 30.10.17, que foi lida e aprovada sem ressalvas. O Presidente convida para fazer parte da Mesa à diretora da SMS, Loara Maciel. A apresentação do Sr. Eloir começa falando da legislação, estrutura e procedimentos de acumulação, não se estendendo muito, a fim de garantir mais espaço para discussão e o secretário da Mesa, declara que foram enviados os dados para todos os conselheiros municipais. Fala da obrigação de apresentar relatórios trimestrais, aos órgãos de controle social e estatal. O servidor diz como são mensurados os indicadores e que em 2017 foram pactuados 20 indicadores nacionais, que são comuns e obrigatórios em todos os municípios brasileiros e mais 3 específicos para algumas regiões do Brasil. Havendo mais 4 indicadores estaduais do RS, em um total de 27 indicadores. A acumulação é feita com periodicidade mensal (2), trimestral (9), semestral (2) e anual (9). A taxa de mortalidade prematura (30 a 69 anos) por doenças circulatórias, respiratórias, câncer e diabetes mantém a constância. As proporções de óbitos de mulheres em idade fértil e de registro de óbitos por causa não definida dentro do prazo. O calendário de vacinas não está atualizado, inviabiliza a mensuração da proporção de vacinas para menores de 02 anos. Os casos de notificação compulsória foram todos notificados. Nenhum caso de hanseníase diagnosticada no ano. Houve uma diminuição do número de casos de sífilis congênita. Nenhum caso de AIDS em menores de cinco anos foi notificado. As análises das amostras de água tiveram redução devido ao menor número de dias úteis no período mensurado. Exames citopatológicos do colo do útero e exames de mamografia em mulheres de 50 a 69 anos tiveram seus resultados comprometidos por causa de vírus que atacou os computadores do HNSG. A proporção de parto normal no SUS e na saúde complementar manteve o padrão, mas o resultado foi influenciado pelas cesáreas na rede complementar. A proporção de gravidez entre 10 e 19 anos mesmo aumentando, ainda está abaixo da meta. A taxa de mortalidade infantil se mantém sob controle. Na cobertura das equipes de ESF e de saúde bucal, a diretora Loara diz ser a meta continuar mantendo recursos, mas não haverá o alcance da meta por decisão de governo. Sobre cobertura do acompanhamento de beneficiários do Bolsa Família salienta a necessidade da fiscalização da UBS. Na saúde bucal, houve redução na cobertura devido ao descredenciamento de uma ESF. Mantivemos os seis grupos de ações de Vigilância em saúde, mantendo os 100% da meta. Em relação ao matriciamento dos CAPS deverá fechar no ano e imóveis visitados pelo controle da Dengue não contamos com o número adequado de agentes de endemias. Falou sobre os indicadores estaduais, que são preliminares e ligados a casos de tuberculose, em atingimento e as do CEREST, que são os óbitos por acidente de trabalho, com uma notificação, mas investigação do local de residência, que é Nova Santa Rita e um novo indicador, que é a inclusão da informação de ocupação nas notificações de agravo, beneficiou a análise dos dados, mas por período está abaixo das expectativas. Ao finalizar a apresentação dos indicadores, descreve o histórico desde 1999 e maneiras de acessar os dados. O Sr. Eloir cita o

CP

P.

Handwritten signature

Plano Municipal de Saúde que será votado neste ano e declara que encaminhará na semana que vem, aos conselheiros, cópia do Relatório da mesma, se colocando a disposição, pedindo que as dúvidas sejam encaminhadas ao secretário, o qual providenciará o encaminhamento e respostas as mesmas. O Presidente Mário pergunta se alguém tem alguma dúvida? A CM Margarete demonstra sua preocupação acerca da perda dos dados do HNSG e o Sr. Eloir responde que houve uma invasão mundial e que os hackers exigem “resgate” pela devolução dos dados e que não sabe quanto foi pedido, por ser de economia interna da casa, mas que estão trabalhando para conseguir dados aproximados, nos instrumentos existentes. O CM Alcindo questiona se quem faz a confirmação dos dados apresentados? O servidor explica como é feita a auditoria. A CLS Glória, do Fernandes, sugere que haja segurança na conservação dos dados. A matéria foi colocada em votação e foi aprovada por 12 votos favoráveis e 04 abstenções. O segundo item a ser discutido é o Projeto de Habilitação de Serviços Especializados – LGTB e a Sra. Jaqueline Batista, que é coordenadora de Políticas de Saúde Integral da População LGBT, começa a apresentação do Projeto de Habilitação de Serviços Especializados – LGTB, que não pode ser apresentada na reunião anterior por não ter sido protocolada tempestivamente. Começa falando que o objetivo se insere na percepção de que esta população ainda está inviabilizada perante a sociedade e que a criação do laboratório de hormonização ajudaria muitos as pessoas que nascem e não se reconhecem como pessoa. A porta da UBS será a abertura para o processo de acompanhamento. No Rio Grande do Sul, hoje, o único serviço habilitado para a atenção especializada no Processo Transsexualizador é o do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA), que presta atendimento na modalidade hospitalar, com 2 cirurgias por mês (uma masculina e uma feminina), porém, atendimento ambulatorial ainda não existe serviço habilitado que será encaminhado para cirurgia em Porto Alegre. Receberemos R\$ 39,38 por atendimento SA, sem um teto de pacientes a serem atendidos. A idade a ser atingida é dos 18 a 75 anos. Já possuímos a equipe mínima para começar (médico, psiquiatra, psicólogo, assistente, enfermeiro e fonoaudiólogo). O tratamento será por R\$ 50,00 por usuário, R\$ 65,62 pelo tratamento hormonal pré-operatório, em um acompanhamento de 02 anos. Respondendo a pergunta feita pelo CLS Vilson Lutz, na última reunião, disse que fez contato com o Sr. Inday Motta, Coordenador Estadual da Política LGBT e este informou que os recursos são suficiente para cobrir os custos e citou os valores dos três medicamentos base Cipionato de Testosterona, Valerato de Estradiol e Ciproterona. Serão duas formas de aquisição: pregão e licitação. O CM Eduardo pergunta o que representa o valor de R\$ 39,98 e a diretora Loara respondeu que seria um plus. A Sra. Jaqueline reitera que os atendimentos já estão sendo feitos, na UBS Harmonia e passarão a ser no CEM, somente não recebemos por isso. Aberto para perguntas, Amanda, Praça América, pergunta o que “temos” que fazer para isso acontecer. A Sra. Jaqueline diz que quem faz é o CMS. A Sra. Glória, do Fernandes, pergunta qual o prazo do recebimento dos atendimentos e qual a política de correção dos valores. O Sr. Inday, diz que os recursos só são pagos após o vencimento das etapas do processo e sair no Diário Oficial à habilitação, sendo a correção a critério do Ministério da Saúde. O CM Alcindo fala que a Prefeitura de Porto Alegre está implantando o atendimento ambulatorial por iniciativa de um vereador e declara que ainda bem que Canoas só tem que passar pelo CMS. O Sr. Luciano Camba fala que não conseguiu entender a resposta, a respeito do prazo de pagamento dos valores e o Sr. Inday diz que o fluxo é do MS, mas irá consultar os técnicos. O Sr. Saulo Gil, diretor da adversidade da Prefeitura de Canoas, fala que vivemos numa cidade multidiversal e que políticas de inclusão são importantes para atingir a igualdade. O enfermeiro Luciano Zoch, professor da escola Acadêmico, trouxe sua turma para assistir a sessão do CMS e que Canoas é referência nas políticas de diversidade. O Sr. Maurício Nardi fala pelo Conselho Estadual de Diversidade e o Sr. Vinicius Lara, também do conselho, parabeniza o Poder Público pela iniciativa. O Presidente agradece a presença das autoridades e coloca a matéria em votação, que é aprovada por 16 votos favoráveis e nenhum voto contrário ou abstenção. O Presidente fala que duas pessoas conhecidas serão homenageadas com troféu na Consciência Negra, Beth Freitas, mãe da CM Cristiane e a CM Margarete Maciel. A próxima pauta se refere a nossa participação na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS) e que foi criada pela Resolução do CNS 196/96, que a

A collection of handwritten signatures and initials in black ink, located at the bottom of the page. The signatures are of various styles, some appearing to be official or formal, while others are more casual. They are scattered across the bottom third of the page, overlapping slightly.

CM Cristiane, nos representa. A conselheira fala que existe um projeto de lei que quer tirar a representação dos usuários dos Conselhos de Ética. Devemos dizer não a proposta. Após, faz uma palestra sobre o IMAMA, onde é voluntária e faz palestras pelo estado. O Instituto da Mama tem o objetivo de conscientizar a população dos riscos da doença. Fala da missão e das áreas de atuação. São 130 casos de Câncer de Mama em 100.000 pessoas, sendo que em cada 100 casos, 1 é de homem. Ofereceu capacitação para ACS. Alerta que a participação das pessoas, leva a criação de leis e cita as leis 11.664/08, que ordena a aplicação de exames de mamografia, obrigatória, a partir de 40 anos, 12.732/12, que dá o tempo máximo de 60 dias para o início do tratamento, a Lei 9.797/99, alterada pela 12.802/13, da reconstrução mamária a pacientes com plástica reconstrutiva e 12.880/13, Obriga planos de saúde e seguros privados de assistência à saúde a cobertura dos custos de medicamentos orais para tratamento domiciliar. Fala das ações e serviços do IMAMA. Cita que existem 5.000 mulheres esperando cirurgia reparadora para reconstrução mamária no país. Pelo tempo curto encerrou a palestra e se colocou a disposição para maiores esclarecimentos. Muita curiosidade e satisfação dos presentes. Na última pauta, a diretora Loara apresenta relatório de atendimentos da SMS. Repassou a listagem de 102 procedimentos com estão com a demanda reprimida zerada e de acordo com a diretora Roseli, se um usuário tiver a solicitação, o exame será marcado na hora e que se houver requisição de algum dos procedimentos, deve o interessado se dirigir a UBS, para regularização de alguma pendência em seu cadastro. O CM Eduardo diz que referem a marcações que devem sair da Secretaria e não dos hospitais e que os usuários devem procurar tanto a ouvidoria do prestador e da SMS, pois produzem estatística. A SMS poderá cobrar do hospital se souber. A diretora confirma. O Presidente Mário cita caso de q eu o paciente saiu do consultório com a requisição e não foi à portaria para providências. A CLS Clarice, do Fátima irá encaminhar relação de pendências de procedimentos Reclama do sistema de informática e da internet. A diretora Loara diz que tem o prazo até 30/12, para resolver os problemas de conexão e implantação do prontuário eletrônico. A diretora Roseli faz a leitura dos procedimentos constantes na listagem e explica os mesmos. A CLS Odete, do Fátima, pede a relação e o secretário diz que mandará a todos os CLS que fizerem o pedido. Em assuntos gerais, a CM Roseli diz que saiu no Portal da Prefeitura, o mutirão de cirurgias. A CLS Ione diz que recebeu ligação da SMS que seu exame foi autorizado e que deveria ir a UBS para buscar a marcação sem lhe dar dados e quando foi, estava agendado para o mesmo horário de outro especialidade, não possibilitando o aproveitamento. O Presidente reclama do trabalho das redes sociais. Discordância de várias pessoas. Depois fala que recebeu pedido de informações, acerca da possibilidade de assessor de vereador ser coordenador de CLS. Lê artigo da lei de criação dos conselhos que só veda ao membro eleito do Legislativo. Apresentada as novas representações do CLS Praça América, coordenadora Vani Piovesan e vice coordenador Arthur Silva da Cunha e do CLS Fátima, coordenadora Clarice Paulina Campos e vice coordenadora Benta Esteves. Recebida cópia, pela Sra. Ione Kusnecoff, coordenadora do CLS Pedro Luis da Silveira relatório pormenorizado da reclamação da usuária Gabi Junior Lacerda Pacheco, com as providências tomadas. Assunto será levado a Comissão de Humanização. O Presidente encerra a reunião, às 21h18min, em que para constar eu, Eduardo Antonio Favero, Secretário, lavrei a presente ata, que vai por todos os interessados, assinada.

